



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2018 - Nº 20/2018 - MANDATO 2017 – 2021

Aos trinta e um dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes, João Pedro Costa Arraiolos e António da Conceição Moreira. Secretariou a reunião Nuno Miguel Tendeiro Paulino, dirigente da Unidade Orgânica Financeira, em regime de substituição.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

Ponto 1 – Reconhecimento pelo apoio no combate ao incêndio ocorrido nos dias 6 e 7 de Outubro em Sintra e Cascais.

Câmara Municipal de Cascais

Para Conhecimento:

Ponto 2 – Licença Especial de Ruído, com início às 20,00h do dia 27/10/2018 e termo às 04,00h do dia 28/10/2018, para realização de um evento “Encontro de antigos colegas”, a realizar no Pavilhão do Partido Comunista Português, sito no Largo da Feira, em Alpiarça.

Requerente: Aida Maria Leite Faria

Para Ratificação:

Ponto 3 – Licença Especial de Ruído, com início às 21,30h do dia 31/10/2018 e termo às 02,00h do dia 01/11/2018, para realização de um evento “Festa de Haloowen”, a realizar no Moto Clube Charrua, sito no Largo da Feira, em Alpiarça.

Requerente: Moto Clube Charrua

Para Ratificação:



Ponto 4 – Agradecimento pela cedência do espaço do Picadeiro da Reserva Natural do Cavalo do Sorraia.

Agrupamento de Escolas das Fazendas de Almeirim

Para Conhecimento:

Ponto 5 – Agradecimento pela disponibilidade, colaboração e contribuição ao nível logístico, espaço, bens e materiais fornecidos, que permitiram a realização de uma ação de voluntariado.

Equipa do GSDM – GDC Europe

Para Conhecimento:

Ponto 6 – Agradecimento pelo apoio prestado na realização das 5ª/6ª provas do Campeonato Nacional de Senhoras e Masters – Água Doce.

Federação Portuguesa de Pesca Desportiva

Para Conhecimento:

Ponto 7 – Proposta – Imposto Municipal de Imóveis (IMI) – Valor percentual para o ano de 2018 a liquidar em 2019 – D. L. nº 287/2003, de 12 de Novembro, com a redação atualizada.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

Ponto 8 – Proposta – Taxa de Derrama do Ano de 2018, para cobrança no Ano de 2019.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

Ponto 9 – Proposta – Percentagem da participação variável no IRS – Ano de 2019 – Artigo 26º da Lei das Finanças Locais – Lei 73/2013, de 03 de Setembro, na redação atualizada.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal



Para Deliberação:

Ponto 10 – Proposta – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDT) – Valor percentual para o Ano 2019 – Lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro, na redação atualizada – lei das Comunicações Eletrónicas.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

Ponto 11 – “Águas do Ribatejo” - Proposta de atualização do ‘Tarifário para 2019 – Orçamento-Plano Plurianual de Atividades – Plano Plurianual de Investimentos, para 2019.

Município de Alpiarça/“Águas do Ribatejo”.

Para Ratificação:

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e trinta minutos, que cumprimentou todos os presentes e distribuiu o resumo diário de tesouraria referente ao dia trinta de Outubro de 2018, com um total de disponibilidades de 332.422,63 €.

Deu início de seguida ao período de Antes da Ordem do Dia:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Proposta de Ata n.º 18/2018 - RC realizada no dia 28 de Setembro de 2018

O Presidente da Câmara propôs a seguinte alteração à redação da Ata: na pág. sete, linha catorze, onde se lê “...que é...”, deve ler-se “...que poderá vir a ser...”.

Com esta alteração, o Presidente pôs a Ata à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Proposta de Ata n.º 19/2018 - RC realizada no dia 17 de Outubro de 2018

O Vereador António Moreira propôs a seguinte alteração à redação da Ata: na pág. quatro, linha três, onde se lê “...faz uma festa, tipo rave, que se faz no Paul...”, deve ler-se “...uma festa, tipo rave,



no Paul...”.

Com esta alteração, o Presidente pôs a Ata à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Presidente da Câmara

Deu a palavra aos Vereadores para colocarem as questões que considerem de interesse para o Município.

Vereador António Moreira

Começou por falar na manutenção das tampas de saneamento e referiu uma em particular, à entrada da Rua Silvestre Bernardo Lima, que ainda não está reparada e que está muito funda. Perguntou de quem é a responsabilidade de uma tampa que está junto ao campo de futebol, na Rua José Relvas e que, embora reparada, está muitas vezes em más condições. Questionou também porque razão a autarquia continua a autorizar postes de madeira na malha urbana do concelho. Disse que caiu um poste de madeira no meio da vila e que o mesmo continua no meio da estrada. Solicitou ainda informação sobre a retirada dos baloiços do Jardim Municipal. Referiu que estão a decorrer umas obras na Barragem, onde se encontra o furo das “AR” e pretende saber o que se vai passar naquele local. Falou sobre o Concurso Nacional de pesca na Barragem, mas disse não entender porque razão a autarquia permite que se faça um concurso de pesca nacional, com várias centenas de peixes mortos nos pesqueiros. Acha que a Barragem devia ser entregue em melhores condições. Referiu um contentor, na Rua Alfredo Lima, nas traseiras da Igreja, que deve ser mudado para um local mais apropriado. Perguntou qual a razão para o aparecimento de centenas de peixes mortos na Barragem e o que tem sido feito para resolver o problema da eutrofização das águas. Acha que a Barragem tem dois problemas muito graves que são de muito difícil resolução. Um dos problemas tem a ver com as águas que vêm de montante, por uma valinha que arrasta as águas dos campos, carregadas de materiais inorgânicos, inclusivamente venenos, nitratos, azotatos e sulfatos, que têm influência na eutrofização das águas. Sugeriu a construção de uma pequena represa, de modo a que a água fosse decantada antes de entrar na Barragem. Entende que a partir do décimo ano da construção da Barragem dever-se-ia ter começado a aspirar o fundo da barragem para que este problema não tivesse chegado a este ponto. Acha que a água pura que a Câmara estava a introduzir na barragem através de um furo e



que agora foi proibido, seria muito bem vinda, uma vez que, não resolvendo o problema, permitia que a água estivesse com outro aspeto. Acrescentou que, na sua opinião, há um conjunto de pessoas que têm algum entendimento nesta matéria e que se deveriam sentar à mesa, para discutir o assunto da Barragem, com o objetivo de o ajudar a resolver. Referiu ainda que a APA tem equipamentos para aspiração de rios e barragens e que colaboraram numa ação de limpeza no rio Lis, que resultou.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Apresentou um relatório dos serviços efetuados desde a última reunião de Câmara, com destaque para a limpeza urbana e manutenção de espaços verdes. Entregou os documentos solicitados pela Vereadora Sónia Sanfona, contendo os orçamentos detalhados da Alpiagra/2018. Respondeu a algumas questões colocadas na reunião anterior. Disse que, em relação a um espaço nas imediações da Reserva do Cavalo do Sorraia, não tem conhecimento de qualquer enterramento de lixo, o que confirmou com os serviços.

Presidente da Câmara

Sobre a manutenção das tampas de saneamento, serviço efetuado pelas “AR”, disse que irá colocar à empresa esse problema detetado, em que algumas tampas ficaram a fazer algum barulho. No entanto valoriza o trabalho que foi feito. Em relação aos postes de madeira, afirma que solicitou aos serviços de fiscalização um levantamento desta situação, para verificar se há ou não legitimidade para a colocação de postes de madeira. Se não for permitido deverá informar-se as empresas dessa situação, se for permitido, a Câmara procurará sensibilizar essas mesmas empresas a não colocarem postes de madeira na vila. Relativamente ao Jardim Municipal e ao Parque infantil, o que se passou foi que, na sequência de uma queixa à ASAE, o Município teve a visita de três inspetores, que verificaram a situação e reuniram com a Câmara, tendo colocado a possibilidade de selar o espaço ou retirar os equipamentos. O que se fez foi retirar o balçoço e o escorrega. Disse ainda que a autarquia estava já há algum tempo a resolver esta situação, para colocar uma cerca a isolar o Parque, trabalho que estava em desenvolvimento, mas agora terá de ser adquirida uma vedação, para resolver o problema mais rapidamente.

O Vereador António Moreira interveio para dizer que o município devia ter exigido à empresa um



certificado dos produtos, em conformidade com a lei.

O Vereador Carlos Jorge Pereira disse que a Câmara tem esses certificados.

O Presidente continuou a sua intervenção e disse que o problema não são os certificados, mas a delimitação do espaço infantil. Explica ainda que houve algumas peças do jardim que foram reavaliadas, de acordo com o orçamento disponível e o Parque infantil foi retirado, tendo sido posteriormente adjudicado a uma empresa e a cerca não foi equacionada. Sobre as obras junto ao furo das "AR", trata-se da ampliação da Estação de Tratamento de Águas, no valor de trezentos mil euros, de forma a aumentar a capacidade de filtragem da água. Referiu-se ao concurso nacional de pesca, já programado e que coincidiu com alguma mortandade de peixes, dizendo que os serviços procuraram fazer a retirada dos peixes mortos. Disse ainda que a questão da Barragem não é nova, sendo discutida com maior incidência nestes últimos anos, com o agravamento da situação. Trata-se de uma massa de água que não tem a funcionar uma descarga de fundo, que permitiria libertar a matéria orgânica que se tem vindo a acumular no fundo, ao longo de mais de trinta anos. Este executivo verificou, quando entrou em funções, que havia um problema na descarga de fundo, que estava inoperacional e não era possível fazer a limpeza da barragem por essa via. Afirmou que o executivo tem procurado, já por diversas vezes, junto do Ministério do Ambiente e da APA, encontrar a solução para este problema, mas que não tem tido grandes desenvolvimentos. Considerou que esta situação é também do âmbito da administração central, apesar da albufeira ser propriedade do Município, mas que, tendo em conta os seus objetivos e a sua utilização, entende que é de todo justo pedir a colaboração do Ministério, na resolução deste problema. Sublinhou que há barragens deste tipo, mas com um problema acrescido; é que algumas são para abastecimento de água à população ou mesmo para abastecimento de água para consumo animal e estas estão sempre na primeira linha de prioridade, em termos de intervenção do Ministério. Apesar disso a Câmara tem insistido, nomeadamente com o atual Secretário de Estado com o qual já abordou esta situação e ao qual vai pedir uma audiência, para analisar o ponto de situação da barragem. Disse que a Câmara tem procurado atenuar o problema, através do tratamento microbacteriológico, mesmo assim com algum peso financeiro, com a injeção de água fresca através de um furo, mas, na sequência de uma queixa, a APA proibiu a sua utilização. Procurou-se também limitar o uso da barragem para a pesca, proibindo o uso de engodo. Disse que a limpeza de fundo da nossa albufeira é diferente de uma ribeira, como o rio Lis, tendo em conta que esta terá



também algum impacto ambiental, considerando que seria necessário criar lagoas de retenção. Considerou que neste momento seria fundamental resolver o problema da descarga de fundo, ou a recuperar ou a construir uma nova e mesmo assim teria de haver algum cuidado, uma vez que esta descarga de fundo levaria a água para a vala de Alpiarça.

Vereador João Pedro Arraiolos

O Vereador esclareceu que este concurso faz parte do circuito nacional e já estava agendado há muito tempo. Disse que foi feita a avaliação da situação sobre a realização ou não do concurso nestas circunstâncias e que o que foi dito pelos organizadores foi que, apesar de não estar nas condições ideais, o que já aconteceu noutras barragens, não haveria impedimento para a realização do mesmo. Disse ainda que não agradou ao Município que o concurso se tivesse realizado naquelas condições, mas que foi tida em conta a opinião do responsável pela organização.

Vereadora Sónia Sanfona

Começou por dar a sua visão sobre a questão da Barragem, dizendo que todos já ouviram várias propostas de solução, mas o que ainda não existe é uma posição definitiva, relativamente àquilo que é preciso fazer, ou seja, sendo o executivo composto por políticos, deve pedir aos técnicos, que considere estarem em melhores condições de poderem indicar alguns caminhos para resolver o problema. Sugeriu um pedido à APA, ou a uma entidade acreditada para o efeito, para efetuar um estudo, que depois os políticos possam avaliar, quantificar e analisar a viabilidade das propostas e decidir o que fazer e as medidas a tomar. Disse que a barragem é uma estrutura fundamental para Alpiarça, que nos diferencia do resto do distrito e até de algumas regiões do país. Perguntou ainda o que resultou das reuniões que o Executivo realizou com a APA e com o Ministério do Ambiente. Relativamente à pesca disse que ficaria satisfeita se fossem cumpridas algumas regras básicas de utilização. Lembrou que os veículos continuam a permanecer junto aos pesqueiros todo tempo do concurso. No seu entendimento, as pessoas têm de ser responsabilizadas por utilizarem um equipamento público e acha que o regulamento da barragem deve ser revisto urgentemente, devendo ser criadas algumas condições de utilização, de forma a garantir o cumprimento das regras definidas. Sobre o Jardim Municipal pretende saber se as desconformidades que existiam, já



foram corrigidas. Disse que, se a resposta for negativa, solicita, em nome dos vereadores do Partido Socialista, uma reunião com a empresa que fez a obra do Jardim, porque pretende confrontar as pessoas com as desconformidades existentes. Perguntou pelo ponto de situação do Bar, sabendo que o prazo que foi dado não vai ser cumprido e por isso, quer saber que medidas vão ser tomadas sobre este assunto. Solicitou também qual o desenvolvimento de uma candidatura referente ao projeto de apoio para recolha de animais errantes. Transmitiu que os vereadores do Partido Socialista vão fazer uma proposta para integrar um ponto na Ordem de Trabalhos da próxima reunião de Câmara, para a criação do Conselho Municipal de Juventude, de forma a encontrar parceiros e interlocutores nas novas gerações, de maneira a criar um nicho de criatividade e de algum empenho nos jovens. Afirmou que a CDU tem no seu programa eleitoral a criação de um gabinete de apoio às empresas e quer saber se este projeto avançou ou não, para além do apoio que a Nersant, em conjunto com o Município prestam às mesmas. Pretende também saber qual é o ponto de situação do projeto da eficiência energética. Solicitou informação e esclarecimento sobre o projeto da Unidade de Cuidados Continuados. Sobre este assunto perguntou se, o facto de o Município ter decidido que este projeto não é para avançar, implica a perda deste financiamento. Falou de seguida sobre a limpeza dos contentores e perguntou se é ou não possível fazer a lavagem dos mesmos com o pessoal que está adstrito à recolha do lixo. Sobre esta matéria referiu que, em tempos existia um atrelado que leva doze contentores, que serviu para esta operação e perguntou se essa plataforma existe e se há condições para fazer a limpeza, transportando os contentores para a zona industrial ou se é necessário recorrer a empresas externas para fazer o serviço. Solicitou uma informação sobre a situação dos prédios dos legados, quantos contratos existem e a sua duração. Pediu ainda o reporte financeiro do protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e o Clube Desportivo “Os Águias”, relativamente às Piscinas. Pretende saber como está a ser executado esse protocolo, que foi feito em condições muito específicas, que já não existem hoje.

Presidente da Câmara

Respondeu às questões colocadas, começando pela barragem, reforçando que o problema não é de agora. Reafirmou que neste momento a proposta que está em cima da mesa, para além de outras, é a limpeza de fundo da albufeira, através da recuperação da descarga de fundo. Afirmou



que não tem havido a devida resposta por parte do governo, para a resolução deste problema. Disse ainda que a recuperação da massa de água da barragem foi indicada num levantamento de necessidades, no atual quadro comunitário, através da CIMLT e da CCDR, mas este não foi considerado, sendo sempre visto como uma matéria do fundo ambiental e dos fundos nacionais, ligados ao Ministério do Ambiente, que deveriam ter como destinatário, a resolução de alguns destes problemas. Em relação a uma questão referida pela Vereadora Sónia Sanfona, sobre o pedido de uma reunião com o empreiteiro da obra do Jardim, disse que, por uma questão de procedimento, quem se relaciona com essas entidades são o Presidente e os Vereadores com pelouros executivos, não querendo dizer com isso que não possam todos participar numa reunião e que não há nada a esconder, mas acha que faz todo o sentido que o relacionamento se continue a fazer nos mesmos termos, sendo dada toda a informação à Câmara. Sobre o Conselho Municipal de Juventude, se a proposta chegar será agendado o ponto, mas acha que se pode correr o risco de demasiada institucionalização da intervenção dos jovens, embora concordando com esta necessidade urgente de envolver os jovens na vida cívica, social e política do concelho, o que é fundamental, sendo também uma forma de defender a democracia. Afirmou que não tem nenhuma posição de princípio contra a criação deste conselho, mas que o mesmo deverá ser avaliado. Em relação ao Gabinete de apoio às empresas, disse que o mesmo foi criado e que vai funcionando com a colaboração do Nersant, com a possibilidade de acompanhamento dos empresários e de propostas de investimento e criação de empresas. Sobre as incubadoras de empresas disse que se estava a pensar que uma solução pode ser a utilização das galerias do Mercado Municipal, consoante a procura e a necessidade.

A Vereadora Sónia Sanfona perguntou se o Nersant dá o reporte ao Município sobre os contactos efetuados com as empresas que procuram ajuda, ao que o Presidente respondeu que pode pedir essas informações, o que faz todo o sentido ter esse retorno da informação. No que diz respeito à Zona Industrial, o Presidente disse que tem havido alguma intervenção na regularização de uma série de situações que não estão conforme as necessidades das empresas instaladas, informando que o Gabinete Técnico e a empresa que trabalha com o Município no Plano de Desenvolvimento Municipal, estão a responder à resolução de alguns problemas, no que diz respeito a áreas, a lotes e à configuração de uma área, que foi proposta por uma empresa, com vista à sua expansão. Sublinhou também que um dos objetivos é também o alargamento do espaço da Zona Industrial,



de forma a criar mais oferta. Sobre a Unidade de Cuidados continuados, esclareceu que nunca foi assumido que esta não se fará, mesmo tratando-se de uma operação que implica recursos muito consideráveis. Há cerca de setecentos mil euros de comparticipação para esta obra, colocando-se aqui a questão da disponibilidade financeira do Município, para a sua comparticipação, não estando no entanto afastada esta hipótese, embora ao nível da CIMLT se esteja a analisar a possibilidade se fazer um redistribuição das verbas. Confirmou que a verba referida está destinada a Alpiarça, no âmbito dos equipamentos sociais, reconhecendo que a probabilidade daquela obra ser executada não é das mais elevadas, mas não está posta de parte.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Em relação às desconformidades, confirma que estas ainda não foram regularizadas, sobre o Bar disse que a autarquia recebeu um mail da empresa que ganhou o concurso, informando que no decorrer da semana corrente irá iniciar a implementação do projeto. Relativamente ao projeto dos animais errantes disse que não há desenvolvimentos, mas na próxima semana vai fazer um ponto de situação sobre esta candidatura e do canil municipal. Referiu-se de seguida à questão colocada sobre a lavagem dos contentores, dizendo que a plataforma em causa é um atrelado que efetivamente existe e que já se tentou fazer a lavagem dos contentores com o auxílio desse reboque. Esclareceu que tal operação não era viável, uma vez que os contentores têm de estar vazios, o que não será um serviço contínuo e que na ultima vez que se lavaram os contentores recorreu-se a uma carrinha com um depósito de água e os mesmos foram lavados no local. Disse ainda que o que tem sido feito, embora de forma descontínua, é a lavagem de contentores, quando existe um segundo carro de recolha de lixo, à terça e à quinta feira.

O Presidente esclareceu que, em dois mil e oito já havia este tipo de problemas e que o argumento era que havia pouco pessoal para fazer o serviço de limpeza dos contentores, bem como outros, como por exemplo a manutenção dos espaços verdes, que foi na altura entregue a uma empresa de prestação de serviços. Disse ainda que nesse ano a Câmara teria cerca de cento e oitenta trabalhadores e que agora existem cerca de cem, o que dificulta este tipo de trabalhos e de outros.

Vereador João Pedro Arraiolos

Esclareceu que o projeto da eficiência energética está em fase final de adjudicação, estando dentro



do prazo e que até dezembro esta operação deverá estar concluída, com a definição de alguns procedimentos necessários.

Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

ORDEM DO DIA:

Ponto 1 – Reconhecimento pelo apoio no combate ao incêndio ocorrido nos dias 6 e 7 de Outubro em Sintra e Cascais.

Câmara Municipal de Cascais

Para Conhecimento:

O Presidente da Câmara fez uma intervenção sobre este ponto.

Foi dado conhecimento.

Ponto 2 – Licença Especial de Ruído, com início às 20,00h do dia 27/10/2018 e termo às 04,00h do dia 28/10/2018, para realização de um evento “Encontro de antigos colegas”, a realizar no Pavilhão do Partido Comunista Português, sito no Largo da Feira, em Alpiarça.

Requerente: Aida Maria Leite Faria

Para Ratificação:

O Presidente colocou o ponto à discussão. O Vereador António Moreira chamou a atenção para o horário, que não pode ser autorizado até às quatro horas. O Presidente disse que deverá ter sido um lapso e que essa indicação será dada aos serviços.

Posta à votação, a ratificação foi aprovada por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista.

Ponto 3 – Licença Especial de Ruído, com início às 21,30h do dia 31/10/2018 e termo às 02,00h do dia 01/11/2018, para realização de um evento “Festa de Haloowen”, a realizar no Moto Clube Charrua, sito no Largo da Feira, em Alpiarça.

Requerente: Moto Clube Charrua



Para Ratificação:

Não houve intervenções.

Posta à votação, a ratificação foi aprovada por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista.

Ponto 4 – Agradecimento pela cedência do espaço do Picadeiro da Reserva Natural do Cavalo do Sorraia.

Agrupamento de Escolas das Fazendas de Almeirim

Para Conhecimento:

Não houve intervenções.

Foi dado conhecimento.

Ponto 5 – Agradecimento pela disponibilidade, colaboração e contribuição ao nível logístico, espaço, bens e materiais fornecidos, que permitiram a realização de uma ação de voluntariado.

Equipa do GSDM – GDC Europe

Para Conhecimento:

O Presidente esclareceu o objetivo da iniciativa.

Foi dado conhecimento.

Ponto 6 – Agradecimento pelo apoio prestado na realização das 5ª/6ª provas do Campeonato Nacional de Senhoras e Masters – Água Doce.

Federação Portuguesa de Pesca Desportiva

Para Conhecimento:

O Presidente esclareceu o objetivo da iniciativa.

Foi dado conhecimento.

Ponto 7 – Proposta – Imposto Municipal de Imóveis (IMI) – Valor percentual para o ano de 2018 a liquidar em 2019 – D. L. nº 287/2003, de 12 de Novembro, com a redação atualizada.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal



Para Deliberação:

O Presidente fez uma intervenção sobre este ponto, clarificando que a proposta é de manutenção da situação atual, ou seja, uma taxa de 0,8% para os prédios rústicos e de 0,42% para os prédios urbanos. Justifica a proposta dos serviços financeiros, que apontam para as taxas máximas, tendo em conta a situação financeira do Município.

A Vereadora Sónia Sanfona referiu que o modelo de apresentação da proposta relativamente a impostos e taxas municipais é o que se apresenta, mas acha que este modelo devia ser alterado. Justifica a sua posição com o facto de os elementos da maioria disporem de uma informação mais rigorosa e minuciosa sobre este assunto e os vereadores da oposição são confrontados com uma proposta que é feita com base numa análise de um parecer dos serviços, que é compreensivelmente sempre no sentido da aplicação das taxas máximas. Depois, existe uma proposta do Presidente que genericamente não acrescenta nada à informação dos serviços, mas que deveria ser uma proposta fundamentada, com base nalgumas informações, como a receita arrecadada em sede de IMI no ano atual e qual a receita prevista para o IMI no próximo ano, mantendo-se a mesma taxa ou alterando-a. Referiu ainda que são chamados a decidir com base numa proposta que se remete para a lei e numa informação dos serviços que propõe a taxa máxima. Afirmou que não sabe em que medida é que a receita que foi arrecadada, resultante do aumento do IMI para este ano, foi adstrita ao que estava previsto, ou seja, ao investimento ou a pagamento de dívidas e por isso não sabe se se justifica manter esta taxa ou não.

O Presidente disse que as razões do ponto de vista financeiro estão referidas na informação interna e a proposta apresentada trata-se de uma opção política, de não aplicar a taxa máxima mas sim manter a taxa atual. Disse que o IMI não é uma receita consignada, servindo para pagar o serviço da dívida do saneamento, para os investimentos previstos e outros serviços que é preciso garantir.

O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que nos últimos anos a receita do IMI foi de cerca de seiscentos e cinquenta mil euros e a expectativa é de arrecadar mais cerca de duzentos e vinte mil euros ou duzentos e quarenta mil euros. Disse ainda que, tendo em conta a situação financeira do município e a possibilidade de fazer uma operação idêntica à que se está a desenvolver neste momento e que não se concretizou há dois anos atrás, condicionou a própria definição para a situação atual, acrescentando os investimentos a realizar, como é o caso do Jardim Municipal, que está praticamente concluído e os que estão em curso para realizar no próximo ano. Deu o exemplo



de uma casa avaliada em cem mil euros, que arrecadou a taxa mínima, em relação à taxa máxima anterior que era de 0,5%; em cinco anos deixou de pagar cerca de mil euros, duzentos euros por ano. Sublinhou que dentro de dois ou três anos haverá condições para aplicar uma taxa de acordo com as condições financeiras do município. Entende que agora, tendo em conta os investimentos previstos, se justifica este tipo de situação. Afirmou que toda esta conjugação de fatores leva a que se volte a propor esta taxa, no sentido de que se possam cumprir as obrigações do Município. Esclareceu ainda que a manutenção do valor da taxa é essencial para se poderem manter os níveis de investimento, tendo em conta o que está previsto e para colocar o Município de Alpiarça na situação em que deveria estar, que é uma situação de funcionamento normal, de possibilidade de investimento e de possibilidade de recurso a empréstimo para obras, o que não tem sido possível, mas que é fundamental para aproveitar as possibilidades de investimento, importantíssimos para o desenvolvimento do Concelho.

O Presidente referiu uma posição do Partido Socialista em dois mil e seis, que dizia que não se deveria baixar as receitas que o Município tem direito a receber e que deveria ser aplicada a taxa máxima de IMI, que na altura era de 0,5%.

O Presidente colocou de seguida a proposta à votação, que foi aprovada por maioria, com uma abstenção da Vereadora Sónia Sanfona e um voto contra do Vereador António Moreira.

Deliberado remeter à Assembleia Municipal.

Ponto 8 – Proposta – Taxa de Derrama do Ano de 2018, para cobrança no Ano de 2019.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

O Presidente justificou a proposta.

Não houve mais intervenções.

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com a abstenção dos vereadores do Partido Socialista.

Deliberado remeter à Assembleia Municipal.

Ponto 9 – Proposta – Percentagem da participação variável no IRS – Ano de 2019 – Artigo 26º da



Lei das Finanças Locais – Lei 73/2013, de 03 de Setembro, na redação atualizada.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

O Presidente justificou a proposta.

Não houve intervenções.

O Presidente colocou a proposta à votação, que foi aprovada por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista.

Deliberado remeter à Assembleia Municipal.

Ponto 10 – Proposta – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDT) – Valor percentual para o Ano 2019 – Lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro, na redação atualizada – lei das Comunicações Eletrónicas.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

O Presidente fundamentou a proposta, prestando alguns esclarecimentos.

Não houve intervenções.

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista.

Deliberado remeter à Assembleia Municipal.

Ponto 11 – “Águas do Ribatejo” - Proposta de atualização do Tarifário para 2019 – Orçamento-Plano Plurianual de Atividades – Plano Plurianual de Investimentos, para 2019.

Município de Alpiarça/“Águas do Ribatejo”.

Para Ratificação:

O Presidente esclareceu que este ponto vem para ratificação. Lembrou que um dos investimentos previstos neste orçamento é a ampliação da Estação de Tratamento de Alpiarça (ETA), no valor de cerca de trezentos mil euros.

A Vereadora Sónia Sanfona disse que mantinha a posição da reunião anterior, considerando que é



um exercício de liberdade, que assume e não acha que seja um exercício de cobardia. Admite que nem sempre está de acordo com algumas posições do partido em que milita e assume as divergências, quando elas existem, com alguma tranquilidade, bem como as convergências quando elas se justificam. Sobre esta matéria, sem qualquer tipo de demagogia, considera e tem uma boa impressão da gestão das “AR”, achando que é um modelo de sucesso. Entende que a opção de aumentar os investimentos à custa do aumento da tarifa da água é uma opção viável, mas do seu ponto de vista não é correto, sobretudo para os municípios de Alpiarça, que têm um peso em termos de taxas e impostos, por variadíssimas razões, muito elevado. Entende que não é esta ainda a altura de proceder a este aumento, sendo certo que há seis anos que não se faz um aumento da tarifa da água, compreende que as “AR” tem um serviço de abastecimento de água a preços muito competitivos, sendo mais baixos que noutros locais, mas neste caso em concreto, discorda.

O Presidente referiu que se procura chegar a consensos entre os sete Municípios, de diferentes forças políticas e que essa é uma das grandes vantagens, para manter a empresa com capitais exclusivamente públicos, que não visam o lucro, sendo que as tarifas são a única forma de receita das “AR”. Destacou que desde dois mil e catorze não havia aumentos reais das tarifas e que isso reflete a preocupação dos autarcas, ao contrário do que estava no contrato de gestão delegada, que tinha aumentos previstos desde esse ano, o que não se verificou. Explicou que procuram sempre a melhor solução, de acordo com a própria informação que é dada pela estrutura técnica da empresa, quer ao nível financeiro, quer ao nível da necessidade de investimento e de melhoramento da rede. Sublinhou que há uma preocupação global de manter este sistema acessível aos consumidores da nossa região e ao mesmo tempo sustentável. É avaliando tudo isto que se tomam as decisões, porque, como é evidente, se perguntassem a cada um dos Presidentes de Câmara, toda a gente dizia que não queria subir as tarifas. O Presidente sublinhou ainda que as “AR” continuam a ser , de longe, o sistema mais barato, com a fatura mais baixa de toda a região. O Presidente colocou de seguida o ponto à votação, tendo o mesmo sido ratificado por maioria com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista.

PERÍODO DO PÚBLICO

Não houve intervenções do público.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezoito horas e vinte e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e assino.